

Estado do Rio de Janeiro
Secretaria Estadual de Fazenda
Subsecretaria de Política Fiscal

NOTA TÉCNICA 02/2010

DATA: 01/02/10

ASSUNTO: Gestão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro– Reavaliação da Receita LOA 2010 (Lei nº 5.632 de 04 de janeiro de 2010).

I – Orçamento 2010 – Reestimativa das Receitas Ordinárias do Tesouro e Receitas das Participações Especiais do Petróleo

Esta nota visa apresentar a atualização das estimativas de algumas receitas projetadas no orçamento 2010 com base na receita de 2009 e da reavaliação de alguns parâmetros para 2010. A Tabela 1 apresenta as receitas que foram revisadas.

Tabela 1 - Reestimativa da Receita Orçamentária 2010

R\$ milhões

Receita	2010 - PLOA (A)	2010 - LOA (B)	(C=B-A)	Receita Reavaliada (D)	(E=D-B)	(E)/(C)
IRRF	1.416	1.416		1.416		0,0%
IPVA	1.541	1.541		1.212	-329	-21,4%
ITD	265	265		283	18	6,9%
FECF	2.166	2.166		2.166		0,0%
ICMS	19.783	20.322	539	20.201	-121	-0,6%
Dividendos	350	350			-350	-100,0%
FPE	762	762		762		0,0%
IPI	567	567		513	-54	-9,5%
CIDE	84	84		65	-18	-22,0%
Lei Kandir	86	86		86		0,0%
DA - ICMS	266	266		90	-176	-66,3%
Alienação				700	700	
Subtotal	27.286	27.825	539	27.494	-330	-1,2%
Royalties e PE	4.631	5.081	450	4.865	-215	-4,2%
Acerto Marlim				641	641	
Total	31.916	32.906	989	33.001	95	0,3%

Segue abaixo uma explicação sucinta dos fatores que levaram à reavaliação da receita

- 1. IPVA** – reavaliação em menos R\$ 329 milhões devido a queda no preço médio dos automóveis de acordo com a tabela da FIPE e a redução de alíquota de 4% para 3% para os veículos *flex*. A proposta SEFAZ representa uma queda de 19,8% em relação a receita projetada para 2009, sendo que o preço médio dos automóveis caiu em 15%. Projeta-se que o aumento da frota e a permanência do esforço de arrecadação compensarão parte dos efeitos negativos da redução do preço e da alíquota;
- 2. ITD** – reavaliação em mais R\$ 18 milhões em linha com a expansão da arrecadação em 2009. A reavaliação é ligeiramente inferior ao valor auferido em 2009, mas mesmo assim representa um crescimento de aproximadamente 10% se forem desconsiderados os valores extraordinários de 2009;

3. **ICMS** – reestimado em menos R\$ 121 milhões em relação ao valor da LOA. No entanto, o valor é R\$ 418 milhões acima do valor do PLOA. Deve-se ressaltar que a reestimativa não é maior devido baixa projeção de inflação segundo o Banco Central dos setores com preços controlados – energia elétrica (3,3%), telecomunicações (1,6%) e combustíveis (0%) - que representam aproximadamente 40% da base de arrecadação do ICMS. Isso significa que inflação média da referida base de arrecadação do ICMS do ERJ ficará bem abaixo da projeção de IPCA para 2010. Nesse caso, a reavalição em mais R\$ 418 milhões em relação ao PLOA se deve em grande parte à ampliação da base de tributação, com a implantação da Substituição Tributária em vários setores na esteira da assinatura de protocolos com SP e MG, que já apresentaram resultados nesses últimos meses de 2009. Podem-se citar outras iniciativas que começam a apresentar resultados, mas que ainda não estão consolidadas, tais como:

1. Controle das informações fornecidas pelas administradoras de cartões de crédito/débito, ao amparo da Lei 5.075/2007.
2. ECF – Emissor de Cupom Fiscal que iniciou um controle e formalização de vendas que antes não existia;
3. Melhora do processo de fiscalização, pois as receitas acessórias vêm apresentando sensível melhora; e
4. Início do CUPOM MANIA que vem mudando o hábitos dos consumidores e empresários;

4. **Dividendos** – reavaliado em menos R\$ 350 milhões. O atraso na concretização das negociações de reestruturação do passivo da CEDAE em 2009 impedirá o pagamento de dividendos ao Controlador em 2010;

5. **IPI-Exp** – reavaliado em menos R\$ 54 milhões a luz da continuidade em 2010 de parte das desonerações tributárias do governo federal implementadas em 2009; além disso, a produção industrial não apresentou o crescimento esperado no final de 2009. Mesmo assim, a receita reavaliada representa uma expansão de 15% em relação à receita de 2009;

6. **CIDE** – reestimada em menos R\$ 18 milhões devido a continuidade em 2010 das desonerações do governo federal sobre os combustíveis;

7. **Dívida Ativa ICMS** – reestimada em menos R\$ 176 milhões devido o atraso na implementação da cobrança administrativa e dos programas de parcelamento;

8. **Alienação de Ativos (BERJ)** – R\$ 700 milhões decorrente da Alienação do BERJ;

9. **Royalties e PE** – reestimado em menos R\$ 215 milhões em relação a LOA. No entanto, o valor é R\$ 237 milhões acima do valor da PLOA. Esse crescimento se deve a novas projeções dos parâmetros que influenciam o recebimento das Participações Governamentais, conforme a Tabela 2

Tabela 2 - Parâmetros de Projeção das Participações Governamentais

Parâmetros	PLOA 2010 (A)	Prop. SEFAZ (B)	(B/A) %
Taxa de Câmbio	2,04	1,8	-11,8%
Preço Brent	61	68	11,5%
Produção	Igual a proj. 2009	Proj. atual ANP	5,1%

10. Acerto PE Marlim - parcelas remanescentes do acordo realizado com a Petrobrás em outubro de 2009 referente ao acerto do pagamento de Participações Especiais (PE) sobre a produção de Marlim no período 1999 a 2005 (NT 01/2010 – SUPOF/SEFAZ).

II – Análise quanto à necessidade de contingenciamento

Todas as receitas reavaliadas, com exceção da receita de dividendos, entram em princípio na base de cálculo das vinculações constitucionais e legais. Além disso, a reavaliação das receitas de Royalties e PE implica alteração no montante a ser transferido ao Rioprevidência. A Tabela 3 apresenta o impacto estimado da reavaliação da receita nas despesas vinculadas de Transferências aos Municípios e FUNDEB, assim como no montante a ser transferido ao Rioprevidência. Apresenta também a destinação do valor referente ao acerto Marlim.

Tabela 3 - Impacto nas Despesas

R\$ milhões	
PTs	Varição
Transf. aos Municípios	-271
Transf ao FUNDEB	-82
Indenização a União (Petróleo)	-133
Acerto Marlim	641
Cessão de Direito Ban. do Brasil	460
FECAM	101
PASEP	6
Outros	73
Royalties para Rioprevidência	-60
Total	95

De acordo com nossa avaliação, apesar da reestimativa para baixo das receitas das Participações Governamentais em relação a LOA, a necessidade orçamentária do Rioprevidência para 2010 pode ser suportada pelo superávit financeiro de 2008 não totalmente utilizado em 2009. Além disso, devido a deflação do IGP-DI em 2009, o valor calculado para a Indenização à União para 2010, decorrente do contrato de renegociação da dívida em 1999, apresenta uma sobra de aproximadamente R\$ 133 milhões, o que reduz em grande parte o efeito da reavaliação das Participações Governamentais sobre o valor a ser transferido ao Rioprevidência. Após descontar a queda nas despesas vinculadas (FECAM, Municípios e PASEP – redução de 22 milhões), a redução do valor a ser transferido para o Rioprevidência é de R\$ 60 milhões¹.

A Tabela 4 apresenta o cálculo da necessidade de contingenciamento, de acordo a com reavaliação da receita. Não há necessidade de Contingenciamento em relação à LOA. Esse resultado se deve basicamente a projeção do ingresso de R\$ 700 milhões com a venda dos ativos remanescentes do BERJ.

¹ Resultado da redução de R\$ 215 milhões na receita e R\$ 155 milhões na despesa – R\$ 133 milhões na despesa referente a Indenização a União e R\$ 22 milhões nas despesas vinculadas ao FECAM, Municípios e PASEP.

Tabela 4 - Necessidade de Contingenciamento

	R\$ milhões
Varição da Receita (A)	95
Varição da Despesa (B)	95
Necessidade de Contig (C = B-A)	(0)

III - Conclusão

De acordo com o apresentado, não há necessidade de contingenciamento dos programas do Estado para o exercício de 2010.

George Santoro
Subsecretário de Política Fiscal